

As funções sociais da universidade

Sergio Costa Ribeiro

Entre as diversas funções da universidade podemos destacar:

- formação cultural e intelectual do indivíduo (indivíduo crítico);
- produção de conhecimento e cultura (pesquisa);
- disseminação do conhecimento e cultura (ensino);
- formação profissional (profissionalização);
- formação de professores de todos os graus e formação de pesquisadores (recursos humanos para ensino e pesquisa);
- extensão universitária (interação com a comunidade, o parque industrial e agrícola).

A universidade deve cumprir todas estas funções. No entanto, nem todas devem se dedicar necessariamente a todas elas e assim mesmo a ênfase com que são realizadas deve variar no tempo e no espaço, isto é, em função das condições socioeconômicas do País e da região onde estão localizadas.

Por exemplo, é possível em regiões menos desenvolvidas, em algumas instituições, **devem ser** dadas prioridades à formação de professores, formação profissional e à extensão, enquanto em outras regiões as prioridades de produção de conhecimentos sejam, mais importantes. É claro, também, que em momentos difíceis da conjuntura socioeconômica a Universidade deve desempenhar um papel diferente daquele que desempenha em períodos de bonança. Nestes a Universidade pode caminhar sem maiores problemas, o mercado de trabalho absorve bem seus egressos, a sociedade produz os recursos necessários à sua manutenção e desenvolvimento.

Nos períodos difíceis, entretanto, é imprescindível mantê-la e fazê-la crescer em atividades como formação cultural e intelectual do indivíduo, produção e disseminação de conhecimentos com uma dupla finalidade: a primeira é manter os níveis de recursos humanos necessários à retomada do desenvolvimento e garantir assim o futuro cultural, científico e tecnológico do País. Aumentar seus quadros para não perder o nível e a qualidade dos recursos humanos já obtidos, evitando que o subemprego e o desemprego de seus egressos aumente nossa defasagem em relação aos países mais desenvolvidos.

O aumento de atividades de extensão através de programas de educação permanente, por exemplo, é uma das soluções empregadas em alguns países da Europa com esta finalidade.

A outra é criar as condições necessárias à descoberta de formas alternativas de soluções dos problemas de ordem tecnológica e social que uma sociedade, em crise, precisa desenvolver.

Estas observações tornam claro que a Universidade não pode ser privatizada. Suas funções maiores não podem ficar à mercê dos momentos econômicos por que passa um país. É óbvio que a iniciativa privada é indispensável e bem-vinda. Porém, é preciso manter uma reserva estratégica que só o Governo Federal tem condições de garantir e sustentar.

O financiamento e a democratização

É preciso, no momento em que se constata a recessão econômica fazer um esforço ainda maior para aumentar os recursos financeiros da Universidade evitando assim que haja uma “sucatação” de nossos recursos humanos de alto nível. A “sucatação” de um parque industrial pode ter uma recuperação rápida, dependendo dos recursos humanos disponíveis, se estes forem dizimados esta recuperação poderá ser até impossível.

Infelizmente nos últimos anos temos observado um decréscimo alarmante nos investimentos, tanto públicos quanto privados, na Universidade. As consequências desta política podem ser desastrosas para qualquer tentativa de retomada do desenvolvimento econômico. É aí que a estratégia política para a consecução dos interesses maiores do País deve justificar um nível significativamente maior de investimento governamental.

Ao lado disso, para permitir um aumento da eficiência e eficácia desses investimentos, é preciso democratizar interna e externamente a Universidade. É preciso garantir na escolha de dirigentes a liderança acadêmica com prestígio e legitimidade nos diversos setores da comunidade universitária e um compromisso ético com os valores educacionais e acadêmicos, mas isto não basta. É preciso, também, aumentar a participação interna e externa nas decisões da Universidade, sem estas condições dificilmente a Universidade terá condições de legitimar-se perante a sociedade que deve sustentá-la. Suas prioridades devem ser discutidas amplamente para que sua ação seja cada vez mais útil a esta mesma sociedade.

Formação de elites e a qualidade de ensino

Em nenhuma sociedade será possível universalizar o ensino superior. O que é possível e desejável é que a Universidade seja uma opção de vida e não uma opção de prestígio e uma necessidade indispensável de uma determinada classe social. É preciso valorizar as atividades em todos os níveis deste o artesão até o técnico de nível superior, prático e especializado.

É indispensável a uma sociedade moderna a formação de uma elite intelectual e seu lugar é a Universidade, o que não é indispensável é que a elite dirigente seja necessariamente identificada com esta elite intelectual.

Cabe à elite dirigente, à elite política, conhecê-la, usufruir de seus produtos tanto a nível intelectual e cultural, como científico e tecnológico. Isto só será atingido se a sociedade se democratizar, se a renda nacional for melhor distribuída e se as elites políticas compreenderem a importância da educação da população em todos os níveis, da Pré-escola à Universidade. Para tal a valorização do professor de todos os níveis tem que ser estimulada. Cabe à sociedade e ao Governo igual responsabilidade na luta por este ideal.

Mas, na educação é importante a qualidade. A competência da escola é, em qualquer de suas possíveis funções, sua contribuição maior tanto para a sociedade em geral como para sua elite intelectual. Nada será conseguido se nos descurmarmos dessas qualidades.

Na Universidade pouco estímulo tem sido dado à qualidade. É bem verdade que a redução do mercado de trabalho provoca a seleção dos mais competentes e impõe uma melhoria na qualidade do ensino, isto, no entanto, não é suficiente, é preciso desenvolver mecanismos que estimulem a melhoria da qualidade.

Um desses mecanismos é a avaliação e sua ampla divulgação. Hoje esta avaliação é muito mais cartorial do que real. Cabe ao Ministério da Educação aprimorar esta avaliação, ampliar a participação dos pares, das associações profissionais, das empresas, dos sindicatos e dos operários nesta tarefa. Este é o caminho democrático de estímulo à qualidade, atualização e pertinência da Universidade em qualquer sociedade moderna